

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
BIÊNIO 2006-2008**

Composição da CPA:

Corpo docente

Alois Pastl Neto
André Leite Rocha
José Maurício Pereira Pinto
Josinete Souza Cavalcante
Sérgio Tavares Pereira

Corpo técnico-administrativo

Adriana Soares L. do Nascimento
Rosângela Cerqueira da Luz
Silvana Kely Coímbra Peixoto

Corpo discente

Ionaldo José Soares da Luz
Rafael da Silva Santos
Rodrigo Policarpo

Sociedade civil organizada

Verônica Santos Menezes
Girlene Lázaro da Silva
Jailton de Souza Lira
Heron Teixeira Amorim

Maceió-Al, julho de 2009

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas foi criado pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. No decorrer de sua existência, houve várias denominações, dentre essas, ressaltam-se a Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas (1909-1937); Liceu de Artes e Ofícios (1937-1942); Escola Industrial de Maceió (1942-1956); Escola Industrial Deodoro da Fonseca (1956-1965); Escola Industrial Federal de Alagoas (1965-1968); Escola Técnica Federal de Alagoas (1968-1999); Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (1999-2008) e transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, em dezembro de 2008.

Vale ressaltar que cada denominação que a escola recebeu, historicamente, remete ao contexto próprio da época, à conjuntura social, política e econômica vivida pelo país e pelo Estado: quando o Brasil vivia, diga-se, um período pré-industrial, com sua economia ainda artesanal, organizada na base familiar, tivemos uma Escola de Aprendizes Artífices; sofrendo o impacto da industrialização, as atividades econômicas foram mudando quantitativamente - foi à hora e a vez das denominações: "Liceu de Artes e Ofícios" e, logo depois, Escola Industrial de Maceió. Com o advento da República, instalou-se no poder central o 1º presidente, Marechal Deodoro da Fonseca – isso justificou a mudança abrupta da denominação dessa Escola, a qual, graças à expansão urbana e à necessidade de profissionais qualificados para o exercício de novas competências e habilidades nas indústrias, bem como no mercado de trabalho brasileiro; era mister mudar sua denominação para Escola Técnica Federal de Alagoas. Pelo incremento do setor terciário – comércio, bem como pela expansão do turismo e dos serviços, o Brasil passou a viver uma nova fase da educação profissionalizante – foi a hora de institucionalizar os CEFET's em quase todo o país, por força da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, regulamentado nos termos do Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997, e somente em 22 de março de 1999, a Escola Técnica Federal de Alagoas recebeu a denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas.

Com a modificação do perfil dessas Instituições de Ensino, e com o advento do Decreto 5.224, de 01 de outubro de 2004, os CEFET's assumem novas finalidades, objetivos e características e adquirem nova estrutura organizacional, tornando-se uma instituição atípica, em relação às demais, principalmente pela sua capacidade em ofertar diferentes modalidades de ensino, que vão do Ensino Básico ao Ensino de Pós-Graduação. Com essa identidade constituída e com a crescente tendência para atuar no ensino, pesquisa e extensão, indistintamente, os CEFET's se transformaram em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Lei 11.892, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 29 de dezembro de 2008. Com disciplinamento da mesma, todos os Institutos Federais se enquadraram no novo modelo, e que passam agora a formar a Rede Federal de Educação Tecnológica.

No período de Avaliação Institucional 2006-2008, o IFAL atuou nas modalidades de Ensino Médio, Profissionalizante, PROEJA, Ensino de Graduação Tecnológica, na modalidade Presencial e a Distância. A quantidade de alunos nos três *Campi* (Maceió, Palmeira dos Índios e Marechal Deodoro), no ano de 2007, foi de 2.646 alunos e, no ano letivo de 2008, a quantidade de alunos matriculados foi de 3.674 alunos. A **tabela 01** mostra as matrículas realizadas no 1º semestre de 2008 para os discente do Ensino Básico, e as matrículas realizadas no 2º semestre de 2008 para

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

os discente do Ensino Superior. Enfatizamos que não foram consideradas as matrículas realizadas nos Cursos que tinham convênio com a FAPEC, e que por sua vez, cobravam mensalidade de alunos. A CPA aplicou o questionário de Avaliação Institucional nos *Campi* Maceió, Palmeira dos Índios e Marechal Deodoro e a quantidade total de respondentes foi de 1200 alunos de Graduação.

Tab. 01 Quantidade de alunos matriculados no ano letivo de 2008.

Alunos matriculados no IFAL em 2008.				
Campus	Modalidade de Ensino	Diurno	Noturno	Total
Maceió	Médio, Profissionalizante e Proeja	1245	289	1534
	Graduação Tecnológica	319	287	606
Palmeira dos Índios	Médio, Profissionalizante e Proeja	480	75	555
	Graduação Tecnológica	24	198	222
Marechal Deodoro	Médio, Profissionalizante e Proeja	339	0	339
	Graduação Tecnológica	418	0	418
Total Geral		2825	849	3674

Fonte: Educacenso e Censo do Ensino Superior de 2008.

As tabelas 02 e 03 mostram a quantidade de Docentes e Técnicos Administrativos por titulação durante o ano de 2007, e a quantidade de respondentes dos questionários de Avaliação Institucional foi de 175 servidores.

Tabela nº 02 quantidade de docente em 2007

Número de Docentes por Titulação no ano letivo de 2007.													
Unidade	Professores Efetivos						Professores Substitutos						
	Grad.	Esp.	M.sc.	D.sc.	Pós D.sc.	Total	Grad.	Esp.	M.sc.	D.sc.	Pós D.sc.	Total	Soma
Maceió	31	67	76	12	0	186	0	4	1	0	0	5	191
Marechal Deodoro	4	16	18	5	0	43	0	1		1	0	2	45
Palmeira dos Índios	8	27	31	5	0	71	0	1	2	0	0	3	74
Total	43	110	125	22	0	300	0	6	3	0	0	10	310

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas-2008

Tabela nº 03 quantidade de Técnico administrativo em 2007

Número de Técnicos Administrativos no ano letivo de 2007.							
Unidade	Técnicos Adm. Efetivos						
	Fundamental	Médio	Grad.	Esp.	M.sc.	D.sc.	Total
Maceió	11	52	57	38	5	1	164
Marechal Deodoro	0	12	13	4	4		33
Palmeira dos Índios	2	24	26	9	6		67
Total	13	88	96	51	15	1	264

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas-2008

2. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

As organizações conseguem se tornar sólidas e competitivas, quando os responsáveis por seu desenvolvimento assumem compromisso com o ato de avaliar para progredir. Ao adotar essa postura, tem-se como benefício imediato o crescimento intelectual, moral, ético e político do conjunto dos atores envolvidos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

Nesse contexto, é salutar imaginar que as ações decorrentes das posturas avaliativas, comprometidas com o avanço e a solidificação do processo ensino e de aprendizagem se refletirão em sentimento de humanismo, de respeito e de responsabilidade com a função pública.

a. Objetivo Geral:

Promover a Avaliação Institucional do CEFET-AL no período de 2006 a 2008, conforme Portaria nº 356/DG, publicada em 14 de maio de 2008. Para realizar a Avaliação, a CPA adotou os procedimentos contidos no Caderno de Orientações do Ministério da Educação, da Comissão Nacional de Avaliação de Educação Superior e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasília/DF/maio/2006).

As categorias avaliadas foram a Organização Didático-pedagógica, Corpo Docente, Discente e Técnico-Administrativo, e as Instalações Físicas. E os pesos atribuídos a cada categoria para efeito de cálculo dos conceitos da média final, corresponderam a 40, 35 e 25 pontos respectivamente.

b. Objetivos Específicos:

- ✓ Aplicar a Avaliação Institucional no período 2006/2008 do CEFET-AL, referentes às seguintes categorias: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo, e Instalações Físicas;
- ✓ Atribuir os conceitos para cada categoria, obedecendo a escala de 1 a 5 pontos, conforme os pesos estabelecidos de: 40 pontos para Organização Didático-Pedagógica, 35 pontos para Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo e 25 pontos para Instalações Físicas;
- ✓ Redimensionar as médias coletadas na comunidade acadêmica para o formato estabelecido na Matriz de associação para atribuição de conceitos às categorias, conforme consta no Caderno de Orientações do MEC, (Brasília-DF-maio-2006), página 23;
- ✓ Elaborar Relatório da Avaliação Institucional, detectando os pontos fortes e os pontos que precisam ser melhorados, bem como emitir sugestões para melhorar o desempenho das ações empreendidas;
- ✓ Divulgar o resultado da Avaliação Institucional e sensibilizar a comunidade para implementar as sugestões, a fim de melhorar o desempenho Institucional.

3. DESENVOLVIMENTO

Os procedimentos utilizados para realizar essa Avaliação Institucional foram baseados nos indicadores contidos no Caderno de Orientações do MEC (Brasília/DF/maio/2006), disponibilizado no seguinte sítio: www.mec.gov.br. A Comissão aplicou os formulários de Avaliação nos *Campi* de Maceió, Palmeira dos Índios e Marechal Deodoro, entre os meses de agosto a novembro de 2008, e foram respondidos pelos discentes, docentes e técnicos administrativos da IES.

Logo após a aplicação dos formulários, os dados foram processados, para, posteriormente,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

fixar conceitos, elaborar relatório, divulgar o resultado da avaliação perante a comunidade e, finalmente, enviá-lo ao órgão competente.

A **tabela 04** mostra a relação entre as médias existentes no Caderno de Orientação do MEC e a linguagem utilizada para caracterizar cada situação.

Tabela 04 mostra relação entre as médias e os termos usados na Avaliação Institucional.

Média	Linguagem utilizada para representar os conceito.
5	Quando as ações são plenamente adequadas, são totalmente coerentes, as práticas são consolidadas e institucionalizadas, cumpre todos os objetivos do PPC.
4	Quando as ações ocorrem de forma adequada, são coerentes, as práticas são difundidas e institucionalizadas, cumpre a maioria dos objetivos enunciados no PPC.
3	Quando as ações ocorrem de forma razoável, são razoavelmente coerentes, as práticas encontram-se em via de institucionalização, cumpre alguns objetivos do PPC.
2	Quando as ações ocorrem de forma precária, as políticas institucionais refletem muito pouco os objetivos e compromissos enunciados no PDI e PPP, cumpre a minoria dos objetivos do PPC.
1	Não atende às exigência do curso; são totalmente incoerentes, não há nenhuma implementação das políticas institucionais enunciadas no PDI e PPP no âmbito do Curso.

Fonte: www.mec.gov.br.

1. DESCRIÇÃO DOS INDICADORES

Indicadores da Categoria 01: Organização Didático-pedagógica

As médias dos indicadores atribuídas pela comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico administrativos), oscilou entre um mínimo de 3 e um máximo de 4 pontos. Após a tabulação desses dados, a CPA fez um resumo, que resultou numa compactação de dados, conforme mostra a **Tabela 05**. Após simplificação dos dados, a Comissão fez a média dos conceitos, aproximando-os para números inteiros, conforme determina a “Matriz de associação para atribuição de conceitos às categorias”, fixado no Caderno de Orientações do MEC, (Brasília-DF, maio-2006), página número 23.

Observa-se, na **tabela 05**, que os indicadores 1.1, 1.3, 1.4, 1.5 e 1.7, obtiveram melhor desempenho, e o conceito 4 mostra que as ações ocorrem de forma adequada, são coerentes, as práticas são difundidas e institucionalizadas e cumprem a maioria dos objetivos. Por outro lado, o conceito 3, dos indicadores 1.2, 1.6 e 1.8, mostra que as ações encontram-se no campo da razoabilidade; as práticas encontram-se em via de institucionalização e cumprem alguns objetivos do PPC.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

Tabela 05 Mostra a categoria 01, grupo de indicadores e médias.

Categoria 01	Grupo de Indicadores	Média
Organização Didático-Pedagógica - 4	1.1 Administração acadêmica: coordenação do curso	4
	1.2 Administração acadêmica: colegiado de curso	3
	1.3 Projeto Pedagógico do Curso – PPC: concepção do curso	4
	1.4 Projeto Pedagógico do Curso – PPC: currículo	4
	1.5 Projeto Pedagógico do Curso – PPC: avaliação	4
	1.6 Atividades acadêmicas articuladas à formação: prática profissional e/ou estágio	3
	1.7 Atividades acadêmicas articuladas à formação: TCC	4
	1.8 Atividades acadêmicas articuladas à formação: atividades complementares	3

Fonte: www.mec.gov.br.

4.1 Administração acadêmica: coordenação do curso. Esse grupo foi o que obteve melhor desempenho. E os conceitos atribuídos mostram que os indicadores referentes à articulação da gestão do Curso com a gestão institucional, a formação, a experiência (acadêmica e profissional), e dedicação do Coordenador ao atendimento das exigências do Curso encontram-se funcionando de forma adequada e que a maioria de suas práticas está institucionalizada; por outro lado, o mesmo indicador (Administração acadêmica: coordenação do curso), mostra que a implementação das Políticas Institucionais constantes no PDI e no PPP, no âmbito do curso, e a atuação do Coordenador no atendimento às exigências do curso e aos objetivos e compromissos da IES funcionam de forma razoável.

4.2 Administração acadêmica: colegiado de curso. Para qualquer organização desenvolver-se é necessário o empenho de todos os atores na participação de suas ações, principalmente quando se verifica dispositivos que orientam para o funcionamento de colegiado de curso. Ressalta-se que, tanto o Projeto Político Pedagógico da IFAL, quanto o Caderno de Orientações do MEC utilizado na avaliação institucional indicam, que a composição do Colegiado de Curso deve contemplar a categoria discente.

A necessidade de contemplar a categoria discente, nesses colegiados, é uma realidade, tanto que, o conceito atribuído à composição e funcionamento do colegiado de curso ou equivalente, bem como, a articulação do colegiado do curso com os colegiados superiores da instituição, foi 3,0, mostrando, que esse indicador encontram-se no patamar da razoabilidade.

4.3 Projeto Político Pedagógico: PPC: concepção do curso: Frisamos que as matérias relativas ao PDI, PPP e o PPC encontram-se institucionalizadas. Porém, existe necessidade de articular esses instrumentos para melhorar o desempenho das ações empreendidas. A média adquirida mostra que o processo está em fase de melhoramento, e existe certa fragilidade quanto aos objetivos de cursos e análise de egressos.

A EAD encontra-se em fase embrionária, pois em 2008, contava apenas com dois cursos em andamento. Ressaltamos que o questionário de avaliação institucional não foi aplicado nessa modalidade de ensino.

4.4 Projeto Pedagógico do Curso – PPC: currículo: Nesse grupo de indicador, foi atribuído conceitos para a maioria de seus indicadores que demonstra coerência, a qual é

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

verificada nas práticas institucionais, como por exemplo, as médias mostraram que existe coerência do currículo com o objetivo do curso; existe coerência do currículo com o perfil desejado do egresso; existe coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais; há adequação da metodologia de ensino à concepção do curso; há Inter-relação das unidades de estudo na concepção e execução do currículo. Há Adequação e atualização da bibliografia, há coerência do corpo docente e do corpo técnico-administrativo com a proposta curricular, há dimensionamento da carga horária das unidades de estudo; há adequação e atualização das ementas e programas das unidades de estudo.

Por outro lado, as médias dos indicadores que tratam da coerência dos recursos materiais específicos do curso (laboratórios e instalações específicas, equipamentos e materiais) com a proposta curricular e com o desenvolvimento de estratégias de flexibilização curricular apresentam razoável coerência com a proposta curricular. Quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, de forma incipiente, uma diretriz de ação. É acessível ao conhecimento da comunidade interna.

4.5 Projeto Pedagógico do Curso – PPC: avaliação O conceito atribuído aos procedimentos de avaliação dos processos ensino e de aprendizagem com a concepção do curso foi de 4 mostrando que há coerência nos procedimentos adotados.

Por outro lado, o indicador referente à articulação da auto-avaliação do curso com a avaliação institucional recebeu conceito 3, contudo, não há procedimentos institucionalizados voltados para a prática da auto-avaliação de cursos pelos envolvidos em seus colegiados.

4.6 Atividades acadêmicas articuladas à formação: prática profissional e/ou estágio

A média dos conceitos dessa categoria indica a existência razoável desses procedimentos; contudo, é visível na instituição o comprometimento com as seguintes atividades: mecanismos efetivos de acompanhamento e cumprimento da atividade de prática profissional e/ou estágio; formas de apresentação dos resultados parciais e finais da atividade de prática profissional e/ou estágio; participação de alunos em atividades internas de prática profissional e/ou estágio; participação de alunos em atividades externas de prática profissional e/ou estágio; participação de alunos em atividades simuladas de prática profissional e/ou estágio; abrangência das atividades e áreas de formação de prática profissional e/ou estágio;

4.7 Atividades acadêmicas articuladas à formação: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O conceito atribuído, tanto aos mecanismos de acompanhamento e de cumprimento do trabalho de conclusão de curso, quanto à relação aluno/professor na orientação desses trabalhos, mostra que os mecanismos são adequados e que a maioria de suas políticas está difundida e institucionalizada. Contudo, os conceitos atribuídos à divulgação dos trabalhos de conclusão de curso são razoáveis e se encontram em via de institucionalização.

4.8 Atividades acadêmicas articuladas à formação: atividades complementares

As atividades complementares são importantes para o conhecimento dos discentes perante as diversas situações que os mesmos irão se deparar em seus campos de atuação; contudo, essa atividade encontra-se desvinculada da matriz curricular e, conseqüentemente, se encontram desmembrada da integralização da carga horária dos cursos.

Para existirem atividades complementares é necessário que as mesmas estejam definidas no Projeto Pedagógico de Curso. A IES deve definir mecanismos de planejamento e acompanhamento das atividades complementares, como também, deve definir oferta e incentivo

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

dessas atividades.

4.9 ENADE – No ano letivo de 2008, o IFAL participou pela primeira vez do ENADE. Os Cursos que foram selecionados para participar do exame foram os seguintes: Curso Superior de Tecnologia em Alimentos, Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Informação e Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios. Os resultados do referido exame ainda não foram divulgados. Por este motivo, inexistem ações por parte do IFAL, que tenham o propósito de melhorar o desempenho acadêmico-administrativo de determinado Curso, em função dos resultados obtidos no ENADE.

4.10 SUGESTÕES SOBRE A CATEGORIA 01:

Com base no que foi apresentado sobre a Organização Didático-pedagógica, sugerimos o seguinte:

- I. Elaborar procedimentos para permitir que as políticas institucionais constantes no PPP e no PDI ocorram no âmbito do curso, visto que os esforços empreendidos na elaboração desses instrumentos foram para qualificar a instituição, com o propósito de torná-la mais dinâmica e mais célere em relação às ações empreendidas;
- II. Assegurar a representação da categoria discente nos colegiados de cursos, e conseqüentemente, estabelecer sua articulação com os colegiados superiores;
- III. Determinar procedimentos para adquirir materiais de laboratórios, pois, com esses procedimentos estabelecidos, teremos garantia de que a formação profissionalizante específica se tornará uma rotina. Ressaltamos também, sobre a necessidade de estarem disponibilizados, nos projetos pedagógicos de cursos, todos os recursos destinados a essa formação;
- IV. Disciplinar a divulgação dos trabalhos de conclusão de curso;
- V. Permitir que as discussões que ocorrem nos colegiados de Cursos, envolvendo tanto questões acadêmicas, quanto questões administrativas, sejam disciplinadas de forma a gerar benefício institucional;
- VI. Institucionalizar a carga horária de atividade complementar garantindo a sua inserção na matriz curricular e conseqüentemente no Projeto Pedagógico do Curso;
- VII. Criar procedimentos para acompanhar e planejar as atividades complementares;
- VIII.
- IX. Criar procedimentos para articular a auto-avaliação do curso com a avaliação institucional;
- X. Garantir e reservar para CPA ambiente de trabalho com estrutura e pessoal de apoio, para auxiliar nas suas atividades executadas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

4. DESCRIÇÃO DOS INDICADORES

Categoria 02: Corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo

As médias dos indicadores atribuídas pela comunidade acadêmica ao Corpo docente, corpo discente e técnico-administrativo oscilaram entre um mínimo de 3 e um máximo de 4 pontos. Após a tabulação desses dados, a CPA fez um resumo que resultou numa compactação de dados, conforme mostra a **Tabela 06**. A Comissão fez a média dos conceitos, aproximando-os para números inteiros, conforme determina a “Matriz de associação para atribuição de conceitos às categorias”, fixado no Caderno de Orientações do MEC, (Brasília-DF-maio-2006), página número 23.

Nessa categoria, os grupos de indicadores 2.1 (Corpo docente: perfil docente) e 2.2 (Corpo docente: atuação nas atividades acadêmica) obtiveram melhor desempenho, conceito 4, e o grupo de indicador 2.3 (Corpo discente: atenção aos discentes) e 2.4 (Corpo técnico-administrativo: atuação no âmbito do curso), obtiveram conceito 3.

O conceito 4 adquirido pela Categoria 02 mostra que a trajetória de formação, a experiência, dedicação (orientação didática aos alunos, participação em reunião de planejamento e desenvolvimento de módulos didáticos, experimentos para aulas práticas, aperfeiçoamento de metodologia de ensino, iniciação científica, extensão e demais atividades) e a formação adequada às unidades de estudo e atividades desenvolvidas no curso, demonstra que adquiriu-se competências para atuar na docência, em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso, bem como, a cumprir a maioria dos objetivos enunciados no referido projeto.

Por outro lado, a implementação das políticas de capacitação no âmbito do curso, as publicações e produções científicas, técnicas, pedagógicas, culturais e artísticas dos docentes nos últimos três anos, a articulação da equipe pedagógica, o apoio à promoção de eventos internos, o apoio à participação em eventos científicos, técnicos ou culturais e os mecanismos de nivelamento encontram-se todos funcionando de forma razoável, enquanto as ações são visíveis apenas à comunidade interna.

Tabela 06 Mostra a categoria 02, grupo de indicadores e médias

Categoria 02	Grupo de Indicadores	Média
Corpo docente, corpo discente e técnico-administrativo - 4	2.1 Corpo docente: perfil docente	4
	2.2 Corpo docente: atuação nas atividades acadêmica	4
	2.3 Corpo discente: atenção aos discentes	3
	2.4 Corpo técnico-administrativo: atuação no âmbito do curso	3

Fonte: www.mec.gov.br.

5.1 Corpo docente: perfil docente

A média 4 atribuída, tanto à formação, quanto à experiência (acadêmica e profissional) do docente mostra que adquiriram competências para cumprir a maioria dos objetivos explicitados no do Projeto Pedagógico do Curso; por outro lado, no mesmo indicador foram atribuídas médias 3,0 para publicações e produções, mostrando que essas práticas ocorrem de forma razoável e que as mesmas se encontram em via de institucionalização.

5.2 Corpo docente: atuação nas atividades acadêmica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

As médias atribuídas à dedicação e à formação do docente foram de 4,0 pontos. Esses resultados mostram que existe compatibilidade entre a dedicação e formação do docente com a maior parte das unidades de estudo e atividades desenvolvidas no curso. Essa compatibilidade permite que se cumpra a maioria dos objetivos contidos no Projeto Pedagógico do Curso. Já a articulação da equipe pedagógica com os professores conteudistas, professores orientadores e tutores, além de outros que desempenham funções complementares recebeu média 3,0 mostrando que essa articulação ocorre de forma razoável.

5.3 Corpo discente: atenção aos discentes

A média atribuída ao apoio fornecido pela IES à promoção de eventos internos; ao apoio fornecido pela IES à participação de alunos em eventos e a às ações relativas aos mecanismos de nivelamento existentes na instituição foi 3,0. Essa média mostra que essas práticas ocorrem de forma razoável e se encontram em via de institucionalização.

5.4 Corpo técnico-administrativo: atuação no âmbito do curso

Foram atribuídas médias de 3,0 para formação e experiência profissional do corpo-técnico administrativo, para adequação da quantidade de profissionais às necessidades do curso, e para implementação das políticas de capacitação no âmbito do curso. Em relação à EAD não foi aplicado à avaliação.

5.5 SUGESTÕES SOBRE A CATEGORIA 02:

Com base no que foi apresentado sobre as Instalações Físicas, a Comissão faz as seguinte sugestões:

- I. Implementar políticas de capacitação no âmbito do curso para os servidores;
- II. Criar mecanismos para permitir maior articulação entre a equipe pedagógica e os professores conteudistas, professores orientadores e tutores;
- III. Criar dispositivos para permitir que as políticas da instituição tenham visibilidade em todos os setores da sociedade;
- IV. Implementar políticas para aumentar o volume de publicações e produções científicas, técnicas e culturais;
- V. Institucionalizar procedimentos para garantir ao corpo discente, efetiva participação nas ações voltadas para mecanismos de nivelamento, participação em eventos científicos, técnicos ou culturais e promoção de eventos internos.

6. DESCRIÇÃO DOS INDICADORES

Indicadores da Categoria 03: Instalações Físicas

Sobre as médias dos indicadores atribuídas pela comunidade (docente, discente e técnico

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

administrativo) as Instalações físicas oscilaram entre um mínimo de 2 e um máximo de 3 pontos. Após a tabulação desses dados, a CPA migrou apenas os dados relativos à categoria, grupo de indicadores e fez a média dos conceitos (ver **tabela 07**), aproximando-os para números inteiros, conforme determina a “Matriz de associação para atribuição de conceitos às categorias”, fixado no Caderno de Orientações do MEC, (Brasília-DF-maio-2006), página número 23.

Nessa categoria, os grupos de indicadores 3.1 (Biblioteca: adequação do acervo à proposta do curso), 3.2 (Instalações especiais e laboratórios específicos: cenários/ambiente laboratórios para formação básica) e 3.3 (Instalações especiais e laboratório específico: cenários/ambiente laboratórios para formação profissionalizante específica), obtiveram melhor desempenho, e o conceito 3 mostra que, em relação à biblioteca, existem: livros de formação geral, de formação específica, jornais, revistas e periódicos – o que mostra também que o acervo bibliográfico é atualizado.

Em relação ao grupo de indicador (3.4), observa-se que este obteve menor desempenho, e o conceito 2 mostra que os laboratórios para prática profissional e prestação de serviço à comunidade funcionam de forma precária. Enfatizamos que não existe, na IES, laboratórios para atender essas demandas.

Tabela 07 Mostra a categoria 03, grupo de indicadores e médias

Categoria 03	Grupo de Indicadores	Média
Instalações Físicas - 3	3.1 Biblioteca: adequação do acervo a proposta do curso	3
	3.2 Instalações especiais e laboratórios específico: cenários/ambiente laboratórios para formação geral básica	3
	3.3 Instalações especiais e laboratórios específico: cenários/ambiente laboratórios para formação profissionalizante específica	3
	3.4 Instalações especiais e laboratórios específico: cenários/ambiente laboratórios para prática profissional e prestação de serviço a comunidade	2

Fonte: www.mec.gov.br.

6.1 Bibliotecas: adequação do acervo à proposta do curso

A média 3,0 atribuída à implementação das políticas de atualização do acervo no âmbito do curso, no que se refere à aquisição de livros voltados para formação geral, formação específica, periódicos, bases de dados específicos, jornais e revistas, tudo isso mostra que essas ações ocorrem de forma razoável e que suas práticas encontram-se em via de institucionalização.

6.2 Instalações especiais e laboratórios específicos: cenários/ambiente laboratórios para formação básica

A média 3,0 atribuída para os laboratórios de formação geral básica, no que se refere ao tipo e quantidade de laboratório, adequação do espaço físico quanto às dimensões, iluminações, mobiliário, acústica, ventilação e limpeza, condições de conservação das instalações, aquisição de materiais para trabalhar nos laboratórios, normas e procedimentos de segurança, aquisição de equipamentos de segurança, atividades de ensino quanto ao planejamento, qualidade e área atendida, serviço prestado quanto ao planejamento, qualidade e área atendida, orientação de alunos, protocolos de experimentos e implementação das políticas institucionais de atualização de equipamentos e materiais, no âmbito do curso, tudo isso mostra que tais ações ocorrem de forma razoável, e que suas práticas encontram-se em via de institucionalização.

Nesse mesmo grupo de indicadores, observou-se que os equipamentos utilizados para

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

trabalhar, no laboratório de formação geral básica, quanto ao tipo, quantidade e condições de uso, bem como os equipamentos de segurança estão funcionando de forma precária. Ressaltamos que ainda não existe formatação do Comitê de ética em pesquisa.

6.3 Instalações especiais e laboratório específico: cenários/ambiente laboratórios para formação profissionalizante específica

A média 3,0 atribuída para os laboratórios de formação profissionalizante específica no que se refere ao tipo e quantidade de laboratório, adequação do espaço físico quanto às dimensões, iluminações, mobiliário, acústica, ventilação e limpeza, condições de conservação das instalações, aquisição de materiais para trabalhar nos laboratórios, normas e procedimentos de segurança, aquisição de equipamentos de segurança, atividades de ensino quanto ao planejamento, qualidade e área atendida, serviço prestado quanto ao planejamento, qualidade e área atendida, orientação de alunos, protocolos de experimentos e implementação das políticas institucionais de atualização de equipamentos e materiais no âmbito do curso, tudo isso mostra que essas ações ocorrem de forma razoável e que suas práticas encontram-se em via de institucionalização.

Nesse mesmo grupo de indicadores, constata-se que os equipamentos utilizados para trabalhar no laboratório de formação profissionalizante, quanto ao tipo, quantidade e condições de uso, bem como os equipamentos de segurança estão funcionando de forma precária. Ressaltamos que não existe formatação do comitê de ética em pesquisa.

6.4 Instalações especiais e laboratório específico: cenários/ambiente laboratórios para prática profissional e prestação de serviço

Apesar de esse grupo de indicadores ter recebido média 2,0, enfatizamos que o conceito não se aplica, em virtude de que os laboratórios existentes, na IES, são apenas para formação geral básica e prática profissional e/ ou estágios.

6.5 SUGESTÕES SOBRE A CATEGORIA 03:

Com base no que foi apresentado sobre as Instalações Físicas, a Comissão faz as seguintes sugestões:

- I. Criar normas para atualizar o acervo bibliográfico no âmbito do curso;
- II. Estabelecer políticas institucionais de conservação e atualização de equipamentos e materiais no âmbito do curso;
- III. Criar procedimentos para elaborar reformas de infra-estrutura e / ou criar novos laboratórios.
- IV. Estabelecer procedimentos para realizar atividades em laboratórios;
- V. Realizar eleição para formar Comissão de Segurança;
- VI. Institucionalizar comitê de ética em pesquisa;

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS**

7. CONCLUSÃO

A CPA termina seus trabalhos com a certeza de ter cumprido, com responsabilidade, todas as etapas pertinentes ao processo avaliativo, e o relatório é um retrato fidedigno das ações que devem ser priorizadas, para melhorar a qualidade do ensino, pesquisa e extensão no âmbito dessa instituição.

Aproveitamos o ensejo, para fazer referência à emblemática situação do controle dos recursos destinados à execução das políticas públicas, e frisamos sobre a necessidade de ser rigoroso na aplicação de investimentos regulares nos laboratórios, considerando que, em gestões anteriores, ocorreram desvios de conduta, que resultaram no sucateamento dos laboratórios, por causa da mistura do interesse público com o privado. Portanto, recomendamos que haja maior eficiência na gestão dos recursos, para que seja garantido a manutenção do patrimônio público, a fim de melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Esse é o nosso relatório, salvo melhor juízo.